

## METRO-MONDEGO, S.A.

### Procedimento de ajuste direto para contratação de serviços de patrocínio jurídico para acompanhamento em 1.ª instância da ação a propor no âmbito da decisão do PACS

#### CONVITE

O Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., convida V. Exa. a apresentar proposta para a celebração de **“Contrato de prestação de serviços de patrocínio jurídico para acompanhamento em 1.ª instância da ação a propor no âmbito da decisão do PACS”**, de acordo com o que se dispõe em seguida.

1. **Identificação da Entidade Adjudicante:** Metro-Mondego, S.A., com sede na Rua de Olivença nº 11 - 1º andar, 3000-306 Coimbra, Portugal; telefone: 239488100; e-mail: [metro@metromondego.pt](mailto:metro@metromondego.pt).
2. **Órgão que tomou a decisão de contratar:** Conselho de Administração da Metro Mondego, S. A.
3. **Fundamento da escolha do procedimento:** artigo 20.º/1/d) do Código dos Contratos Públicos.
4. **Objeto do procedimento:** O procedimento destina-se à escolha de entidade para a celebração de um contrato de prestação de serviços de patrocínio jurídico para acompanhamento em 1.ª instância da ação a propor no âmbito da decisão do PACS.
5. **Documentos procedimentais:** Constituem documentos procedimentais para a consulta prévia: A - o presente Convite e respetivo Anexo (Declaração nos termos do modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos); B - o Caderno de Encargos.
6. **Documentos que devem constituir a proposta:** a proposta deve incluir os documentos enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:
  - a. Declaração do proponente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo ao presente Convite.
  - b. Documento contemplando os seguintes elementos:
    - i. Preço;
    - ii. CV resumido do proponente.
7. **Idioma dos documentos da proposta:** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
8. **Preço base:** O preço base é de **10.000€, sem IVA**.
9. **Propostas variantes:** Não são permitidas propostas variantes às condições do Caderno de Encargos.

10. **Indicação do preço:** Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
11. **Modo de apresentação da proposta:** A proposta, integrada por todos os documentos que a acompanha, deve ser apresentada diretamente na plataforma electrónica utilizada pela Metro-Mondego, S.A., com o seguinte endereço: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
12. **Data limite para a apresentação da proposta:** A proposta deve ser apresentada até ao dia **27 de dezembro de 2024**.
13. **Prazo de validade da proposta:** O prazo de validade da proposta é de 66 dias contados da data de entrega da proposta, prorrogáveis por igual período se nada for referido em contrário pelo proponente.
14. **Esclarecimentos sobre a proposta:** A Metro Mondego, S.A. pode pedir aos proponentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise.
15. **Negociação:** A proposta apresentada não será objeto de negociação.
16. **Adjudicação e minuta do contrato:** Depois de homologada pela Metro Mondego, S.A., a proposta de adjudicação e a minuta do contrato, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 3 (três) dias, se pronunciar sobre a minuta do contrato a celebrar.
17. **Prazo de execução do contrato:** O prazo de execução é o especificado no Caderno de Encargos.
18. **Documentos de habilitação:** Para efeitos de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de cinco dias após a notificação da adjudicação.
19. **Supressão de irregularidades:** Será concedido o prazo de 3 (três) dias para a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
20. **Legislação aplicável:** Em tudo o omissa no presente Convite e demais peças procedimentais, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Coimbra, 10 de dezembro de 2024